



NÃO SERÁ ASSIM ENTRE VOCÊS¹! DESAFIOS ECLESIOLÓGICOS PARA UMA IGREJA LIVRE DE CORRUPÇÃO

It Shall Not Be So Among You! Ecclesiological Challenges for a Church Free from Corruption

Nancy Cardoso²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1179-0661>

Resumo

Esta reflexão apresentará um debate sobre os entendimentos e abrangências sobre corrupção, uma revisão bibliográfica sobre estudos em diversas partes do mundo sobre igrejas envolvidas em corrupção, e uma reflexão eclesiológica que afirme a capacidade de crítica e auto-crítica das igrejas no enfrentamento da corrupção em todos os níveis.

Palavras-chave: corrupção; igreja; eclesiologia; democracia; participação política.

Abstract

This reflection will present a debate on the understandings and scope of corruption, a bibliographic review on studies in different parts of the world about churches involved in corruption, and an ecclesiological reflection that affirms the churches' capacity for criticism and self-criticism in facing corruption in all levels.

Keywords: corruption; church; ecclesiology; democracy; participation

Introdução

Se pudéssemos apenas reconhecer nossa humanidade comum, que pertencemos um ao outro, que nossos destinos estão ligados um ao outro, que só podemos nos libertar juntos, que podemos sobreviver apenas juntos, que podemos ser humanos apenas juntos... (Tutu, 2005).³

¹ Cf. Mateus 20, 28.

² Contato: nancycptro@gmail.com. Professora visitante da Universidade Metodista de Angola, assessora de educação e feminismo da Comissão Pastoral da Terra; doutora e mestra em Ciências da Religião.

³ Todas as traduções são da responsabilidade da autora.

“Esta humanidade comum” - que Desmond Tutu chamou de *“Sonho de Deus”* – é tarefa teológica constante frente aos grandes desafios de nosso tempo. A desigualdade social é a maior evidência da existência de corrupção, roubo, suborno, exploração e crime: os oito homens mais ricos do mundo possuem tanta riqueza quanto as 3,6 bilhões de pessoas que compõem a metade mais pobre do planeta (BBC Brasil 2017). O modo de organização da vida social no capitalismo se baseia na alienação sistêmica da natureza, separa quem trabalha do fruto de seu trabalho, separa as comunidades de seu território, subtrai recursos e oportunidades das majorias, viola direitos humanos e da terra: inviabiliza a coletividade, o senso de pertença ao mundo e a humanidade.

...o combate à corrupção e às violações dos direitos humanos exige fortes esforços coletivos de diferentes setores da sociedade, agindo de maneira coordenada (Transparency International, 2009). Um entendimento integrado da mecânica da corrupção e da natureza dos abusos dos direitos humanos poderia ajudar a direcionar melhor os esforços de cada movimento e a desenvolver ferramentas mais precisas... (Kakeeto & Losoncz, 2014).

A prática da corrupção gera desperdício de recursos e esforços, agrava os problemas de déficit orçamentário, reduz os recursos disponíveis para infraestrutura, serviços públicos e programas de combate à pobreza e fome.

O recente debate na África do Sul sobre a fome sistêmica no país tem mobilizado acadêmicos e ativistas afirmando *que a fome não é inevitável* e que as práticas de corrupção, a centralização de renda e centralização de recursos mantêm os processos históricos de precarização e a fome.

Os quatro maiores varejistas de alimentos — Shiprite, Pick n Pay, Spar e Woolworths — controlam mais de 70% do mercado de supermercados da África do Sul. Eles definem os preços, exploram os pequenos agricultores e os consumidores de baixa renda. O direito à alimentação é inegociável. É a medida da nossa democracia. É hora de passarmos da caridade à justiça, das políticas à prática e da retórica aos direitos. A fome não é inevitável — é política. E pode ser erradicada. (Moyo & Knipe, 2025).

A corrupção permeia todos os setores da vida social: serviços de saúde, educação silvicultura, agricultura, trabalho, alimentação e moradia entre outros. Todos esses fatores – em separado e em conjunto – têm impacto na qualidade da vida da natureza e dos grupos humanos, geram desigualdade e violência, reproduzem e ampliam a pobreza. Desumanizam.

A corrupção é um fenômeno global, inteligível apenas em seu contexto social. Ele pode ser definido como um comportamento anti-social que confere benefícios indevidos contrários às normas legais e morais e que prejudica a capacidade das autoridades de garantir o bem-estar de todos os cidadãos. (Osoba, 1996).

Neste sentido, a afirmação desta *humanidade comum* é tarefa teológica: investigar, analisar e interpretar a corrupção como fenômeno desumanizador e destruidor do mundo e das comunidades. É uma tarefa multidisciplinar e de diálogo sabendo que os lugares mesmo da religião e da teologia podem estar atravessados de contradições que precisam ser assumidas e enfrentadas.

É também uma tarefa de profunda espiritualidade: reconhecer a finitude do mundo e a fragilidade da vida que precisa ser cuidada e compartilhada entre todos e todas. A vida no Evangelho de Jesus é movida pelo amor que se expressa na alegria de ir ao encontro do mundo e seus seres, da humanidade e suas gentes e afirmar a dignidade da vida. Somos povo de ressurreição e cremos que o amor solidário pode vencer a morte e restaurar aquilo que o pecado e a morte destroem. Por isso nos organizamos no trabalho pastoral, na reflexão teológica, no serviço da solidariedade libertadora e na vivência da espiritualidade: como expressão da alegria do nosso encontro com Deus no mundo, na história e na humanidade.

No cumprimento destas fidelidades com o Evangelho de Jesus é de fundamental importância afirmar uma igreja livre de corrupção. Com este objetivo esta reflexão apresentará um debate sobre os entendimentos e abrangências sobre corrupção, uma revisão bibliográfica sobre estudos em diversas partes do mundo sobre igrejas envolvidas em corrupção, e uma reflexão eclesiológica que afirme a capacidade de crítica e autocrítica das igrejas no enfrentamento da corrupção em todos os níveis.

2. Da corrupção: entendimentos e abrangências

Não há consenso internacional sobre o significado da corrupção, pois é um fenômeno complexo e multifacetado. Ele assume diferentes formas, opera em diferentes níveis, em diferentes setores e esferas, e provavelmente se manifesta de maneira muito diferente, de acordo com o cenário em que é encontrado (economia, governança, religião, contextos sociais etc.). (Nduku & Makinda, 2014).

Mesmo reconhecendo que não há um consenso sobre o assunto, se faz necessário estabelecer alguns entendimentos sobre a corrupção como fenômeno sistêmico, diverso e complexo. Esta visão de totalidade é vital para superar o reducionismo de identificação individualizada e personalizada de agentes corruptos e corruptores. Os modelos de apuração, investigação e criminalização delimitam mais bem a corrupção individualizada e isolada porque continuam centrados nos modos liberais de percepção da corrupção, até mesmo esforçando-se para manter intactos os mecanismos de exploração e corrupção do capitalismo.

Situar a corrupção em bolhas geográficas de pobreza no mundo não corresponde à realidade porque deixa de fora fenômenos econômicos e políticos de grande importância na vida dos países pobres. A política de austeridade imposta pelas agências financeiras do capitalismo global impõe sobre os países endividados uma pesada carga de corte em políticas públicas que acentuam a desigualdade de modo dramático. O impacto destas políticas em democracias frágeis e instáveis gera conflito social e violência. Estes mecanismos de dívida garantem acesso barato às matérias-primas locais e destroem ainda mais as economias. Mesmo com uma aparência de legalidade estas agências financeiras e empresas se utilizam de mecanismos de extorsão e coerção que precisam ser consideradas também como corrupção.

Analistas dos países desenvolvidos e credores vão localizar o problema no que chamam de má governança e na falta de aparatos legais das economias locais. É um jogo de palavras que quer encobrir o desvio sistemático de recursos naturais e financeiros para os interesses de empresas e bancos.

Os modelos de endividamento público – por exemplo - são as formas mais amplas de corrupção (Tamayo, 2016), de comprometimento em grande escala das riquezas sociais e o deslocamento sistêmico para interesses privados.

nenhuma riqueza é inocente: toda a riqueza é alimentada por alguns... A corrupção secreta e organizada não é privilégio de país pobre, “atrasado”. Porém, se pensarmos que corrupção mata - porque desvia dinheiro de hospitais, de escolas, da segurança-, então a mais homicida é a corrupção estruturada. Precisamos evitar que a necessária indignação com as micro corrupções “culturais” nos leve a ignorar a grande corrupção. É mais difícil de descobrir. Mas é ela que mata mais gente. (Galeano, 2009).

Sendo assim a “corrupção” não pode ser reduzida a um tema ou assunto, mas precisa ser entendida e estudada a partir das marcações sistêmicas, diversas e complexas.

2.1. A corrupção sistêmica

A corrupção é sistêmica porque faz parte do funcionamento mesmo das estruturas políticas e econômicas dos atuais modos hegemônicos de organização social. Neste sentido, mais do que um juízo sobre comportamentos e fatos isolados, uma análise sobre sistemas de corrupção exige avaliar os modos de organização da sociedade, os modos de circulação e/ou não do poder e as formas de comunicação e participação em processos de decisão ou a falta deles. São as agências de regulação e validação da vida social que precisam ser analisadas superando qualquer ingenuidade em relação ao caráter neutro e despossuído de interesses particulares ou corporativos: o Estado, o Mercado, a Mídia, a Igreja.

Estas instâncias de regulação e validação da vida em sociedade precisam se impor sobre o conjunto do corpo social como garantia da necessária hegemonia de mando e governança. Como forma particular de exercício de influência – ilícita, ilegal e ilegítima (Bobio et al., 1991, p. 127) – a corrupção se relaciona com as regras sociais de modo coercitivo e fraudulento. Em sociedades extremamente desiguais e sem instâncias participativas esta hegemonia precisa assumir duas características básicas: o uso da força e o uso da fraude. “Entre o consenso e a força situa-se a corrupção-fraude (característica de certas situações de exercício difícil da função hegemônica, apresentando o emprego da força muitos perigos) [...]” (Gramsci, 2007).

Como já apontei em outro estudo (Cardoso, 2018), nos marcos do capitalismo global movido por forte desigualdade e competição, os países e economias periféricas são envolvidos numa intensa aceleração de trocas comerciais, manutenção de taxas de lucro e acordos políticos que não podem se dar ao luxo de preservar as regras da competição mesmo:

O capitalismo globalitário avassala todas as instituições, rompe todos os limites, dispensa a democracia... Essa articulação política entre os mais iguais, democrático-oligárquica em sua essência e em suas aplicações, assume, de imediato e irremediavelmente, a forma de uma cooptação sistemática e generalizada. A cooptação se dá entre grupos e facções de grupos, entre estratos e facções de estratos, entre classes e facções de classes, sempre implicando a mesma coisa: a corrupção intrínseca e inevitável do poder resultante. (Oliveira, 2009).

Sem consenso social orgânico as elites precisam tomar o controle do Estado e dos bens comuns por meio de reformas, golpes e rupturas que garantam o acesso prioritário de recursos públicos via subsídios, financiamentos e favorecimento em licitações. A corrupção é necessária para o funcionamento do poder das elites e manutenção dos modos de subordinação de modo especial em sociedades estruturalmente desiguais.

De acordo com o European Research Centre for Anti-Corruption and State-Building (ERCAS) a corrupção torna-se *um modo de organização social em que os bens públicos são distribuídos de acordo com o status, a proximidade com o poder e as conexões sociais* (Mungiu-Pippidi, 2006).

2.2. A corrupção, um fenômeno diverso

A corrupção é um fenômeno diverso, pode assumir distintas formatações (suborno, extorsão, tráfico de influência, nepotismo, burlas, fraudes), acionar diferentes mecanismos de legitimação de atividades ilegais e também diversidade nas formas de ocultamento e tentativa de limpeza de práticas. Desde a distinção básica entre corrupção ativa e passiva (a corrupção ativa tem a ver com o ato de oferecer a compensação ilícita; a modalidade passiva está relacionada com o ato de receber essa compensação) até a origem dos recursos utilizados (privado ou público) e as formas de obtenção (favorecimentos de bens e oportunidades, tráfico de influência).

A distinção doutrinária entre corrupção passiva e corrupção ativa não pode afirmar a existência de duas ofensas distintas, mas simplesmente de dois aspectos de um fato unitário criminoso, conforme seja visto do ponto de vista o corrupto ou o do corruptor. (LONEMA 2014).

Outras formas muitas vezes não reconhecidas como corrupção, mas que funcionam na mesma lógica de apropriação privada do dinheiro público (Dowbor, 2012, p. 5): paraísos fiscais, financiamento de campanha, dívida pública, carta e cartão de crédito a juros exorbitantes que favorecem Bancos e instituições financeiras e penalizam toda a sociedade, em especial a maioria trabalhadora.

Esta diversidade de casos e tipos não pode obscurecer o caráter sistêmico dos fenômenos. Uma das estratégias para tanto é a tentativa de apresentação de casos isolados centrados em operadores políticos transformados em espetáculo sem aprofundamento político e ético que identifique as ramificações com os grandes interesses econômico e patrimoniais.

2.3. Corrupção é um fenômeno complexo

Sendo a corrupção sistêmica uma teia de conexões, por meio das quais interagem entre si, dentro de uma variedade de processos adaptativos, corruptos e corruptores, pode-se afirmar então, que a corrupção sistêmica é uma forma de sistema social adaptativo complexo. (Pereira Junior, 2017).

As duas características anteriores – sistêmica e diversa – precisam ser tratadas de modo orgânico revelando tanto a complexidade dos fenômenos como também sua capacidade de adaptabilidade. Sistemas complexos não podem ser explicados com modelos de causa única e de funcionamento estável: a complexidade está em ser “pluri-causal” (não ter um núcleo de agenciamento óbvio) e não apresentar uma estabilidade no *modus operandi* (conforme as relações mudam, o sistema precisa ser capaz de se adaptar para garantir uma melhor operacionalidade).

A complexidade sistêmica está na interação de muitos interesses, mecanismos e agentes que coexistem de modo adaptativo em espaços de trocas sociais de tipo clientelista, relações de parentesco, relações de amizade, relações de conhecimento e identidade grupal, que se associam aos mecanismos sociais como troca de favores, presentes, preferências e favorecimentos dos mais diversos tipos.

Porque se movimenta por dentro das relações sociais de poder de subsistemas como a família, redes comunitárias e associativas, e também – o que é do interesse desta reflexão – das organizações religiosas, os sistemas de corrupção conseguem ter grande capacidade de adaptabilidade e de validação. “*A grande corrupção, a grande mesmo, é aquela que é tão grande que se torna legal*” (Dowbor, 2012, p. 2).

O papel das agências intermediárias na legitimação, normatização e validação de práticas corruptoras é aquele de ir adaptando as regras e tornando aceitáveis mecanismos encobrem e normalizam a apropriação de recursos do bem comum para os interesses privados. O sistema complexo consegue gerar suas condições de reprodução alterando sensibilidades, critérios e modelos interpretativos. Este é o possível papel da mídia, de equipamentos de cultura, das organizações sociais e comunitárias entre elas as Igrejas.

A seguir esta reflexão quer estabelecer alguns entendimentos e parâmetros para avaliar as relações entre religião – particularmente cristã – e corrupção reconhecendo que não há como criar uma síntese para todos os contextos e que há riscos de atribuir a qualquer doutrina religiosa um papel explicativo autônomo para fenômenos sociais e políticos (Rothstein, & Broms, 2017, p. 3). Os limites desta reflexão seriam então os dos contextos latino-americanos em possível diálogo com contextos angolanos e africanos.

3. Religião e Corrupção: abordagens e alcances

A expansão do comércio internacional e da concorrência global de negócios nos últimos anos foi acompanhada pelo crescimento da desigualdade social e da corrupção. Neste mesmo período é possível identificar um avanço de fundamentalismos religiosos ou a convivência de setores religiosos com práticas de corrupção. De que maneira estes dois fenômenos se relacionam? Existem diversos processos de investigação sobre o tema que me merecem ser conhecidos. Alguns exemplos:

No Brasil um estudo de mestrado apresentado na área de Ciências Sociais aponta as contradições das Igrejas e o questionamento sobre legitimidade e legalidade na atuação dos pastores das igrejas neopentecostais no Brasil, a partir de um estudo de casos

O Estado, ao conceder a imunidade tributária para qualquer templo, sem exigir nenhum requisito específico ou querer nada em troca, está, em tese, legitimando e legalizando as atividades exercidas pelos entes religiosos. Mas, ao mesmo tempo em que trás inúmeros benefícios aos fiéis e às Igrejas, também é propagador de vários impasses entre Estado, Sociedade e Religião. Com a globalização e a expansão dos meios de comunicação, as práticas religiosas, principalmente as neopentecostais, muitas vezes, não são compreendidas pela massa, e a imunidade total concedida aos templos, serviria apenas de fachada para crimes fiscais tais como corrupção, lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito. (Souza, 2016).

Um estudo realizado no Cameron aponta que as igrejas cristãs foram e continuam sendo atormentadas pela corrupção: ganância, egoísmo, inveja, opulência e ostentação flagrante de nos últimos 50 anos, a riqueza tem sido alguns dos principais impulsionadores da corrupção nessas igrejas

A era pós-independência em Cameron foi marcada por um aumento no número de igrejas cristãs. Essa proliferação de igrejas católicas, protestantes e pentecostais é provavelmente o produto do desejo elevado de espiritualidade. Espera-se que essas igrejas sejam epicentros de bons valores morais e comportamento cristão. Infelizmente, isso nem sempre foi o caso. O presente artigo procura apontar que o estabelecimento e o crescimento de algumas denominações indígenas foram impactados pela corrupção. (Krughe, 2014).

Uma outra investigação com base na Coreia do Sul mediu a tolerância das pessoas à corrupção em vez de usar uma medida de corrupção no nível do país. O modelo incluiu religião, o nível de comprometimento religioso e variáveis específicas do indivíduo, como idade, renda, gênero e atitude em relação à responsabilidade do governo.

Existe um interesse crescente em entender como a religião afeta a corrupção. Muitos estudos empíricos sugeriram que países com fortes religiões hierárquicas (como o Islã, o catolicismo e o cristianismo ortodoxo) têm maior probabilidade de sofrer corrupção. Esses resultados são, no entanto, controversos, em grande parte devido à falta de validade empírica dos elos causais (ou teóricos) que explicam essa relação: obediência à autoridade, reforço negativo da cultura, familismo amoral e intermediação de confiança. (Ko & Moonm, 2014).

Na África do Sul uma constatação inquietante: a igreja está crescendo e a corrupção está crescendo.

Enquanto a Igreja registrou um crescimento notável na África subsaariana no último século, a corrupção também emergiu como um aspecto perturbador da vida pública. A questão é se estes são desenvolvimentos paralelos ou se estão de alguma forma ligados.

É certo que os valores e discursos morais cristãos se tornaram parte da cultura africana. No entanto, sua raiz na psique africana - para usar a linguagem bíblica - é superficial. Contos de corrupção dentro e fora das instituições da igreja são abundantes. Chinua Achebe, o renomado escritor nigeriano, disse uma vez: "Os nigerianos são corruptos porque o sistema em que vivem hoje torna a corrupção fácil e lucrativa". (Mfumbusa, 2010).

A Revista Forbes – especializada em negócios e dinheiro - em 2013 publicou um artigo listando casos de fraude e corrupção nas igrejas norte-americanas: *"há uma falta de pesquisas sobre fraudes dentro da igreja"*. (Pavlo, 2013).

Em um dos estudos recentes de Johnson, Status of Global Mission 2013, há um item de linha para "Crime eclesiástico", que é projetado em US \$ 37 bilhões em todo o mundo, ou quase 6% do total de US \$ 594 bilhões em igrejas. Perdas devido à má administração de fundos também são itens de linha que totalizam US \$ 8 bilhões. Por outro lado, o total gasto no trabalho missionário para introduzir o cristianismo a mais pessoas em todo o mundo é de US \$ 32 bilhões. (Pavlo, 2013).

Para melhor compreender a relação entre religião e corrupção, foi realizado um estudo utilizando informações relacionadas à religião e ao Índice de Percepção de Corrupção (IPC) da Transparency International, que classifica as nações de acordo com o grau de corrupção percebido entre autoridades e agentes públicos (Beets, 2007, p. 69). Onde existe um alto nível tanto de religiosidade quanto de corrupção, outros fatores endógenos podem estar em relação: Um exemplo desses fatores endógenos pode ser o caso de uma liderança teocrática corrupta que existe em determinado país. (Gouda & Park, 2012, p. 6). Isto pode ser um caso isolado e não justificaria caracterizar nem o país nem a religião como corrupta sem uma análise mais criteriosa.

Esta pesquisa considerou uma série de fatores externos às religiões de 177 países e conclui que não há como estabelecer com segurança o grau de influência da religião nos casos de corrupção. Os fatores estudados por esta investigação foram:

- 1) religião dominante praticada em cada país,
- 2) corrupção percebida,
- 3) importância da religião para os cidadãos de cada país,
- 4) religião liberdade e
- 5) o produto interno bruto (PIB) per capita.

Apesar do reconhecimento da importante contribuição deste estudo outros pesquisadores e pesquisadoras apresentaram um conjunto de problemas no encaminhamento da pesquisa e limites claros, o que foi explicitado pelo debate acadêmico posterior:

...contrariamente a essas premissas, muitos dos países mais corruptos do mundo (de acordo com o Índice de Percepção de Corrupção da TI) também têm uma classificação alta em

termos de religiosidade (usando indicadores como os usados no Projeto Pew Global Attitudes). Então, por que as pessoas aparentemente religiosas parecem se envolver em corrupção no ponto em que se torna um "modo de vida" em muitos países? (Marquette, 2010).

Isolar o fenômeno religioso e fazer a análise somente a partir do lugar consolidado de *“uma determinada religião num determinado contexto”* não garante a perspectiva sistêmica, diversa e complexa necessária. A projeção do posicionamento ético de determinado grupo religioso precisa ser testado também a partir dos conteúdos e práticas teológicas desta comunidade assim como o processo de validação das trocas econômicas e políticas que caracterizam este grupo. Religiões alinhadas com práticas de retribuição material a partir das trocas religiosas estariam de modo explícito validando os objetivos e mecanismos de concentração de riqueza e de recursos que é movida na engenharia da corrupção. “No entanto, quando as próprias organizações religiosas também procuram obter riqueza e projetar sucesso material, e quando as pessoas oram a Deus para torná-las mais ricas e bem-sucedidas, mesmo isso pode ser difícil de alcançar. (Marquette, 2011).

Não é o que determinada religião ou igreja “diz” ou documentos que “publica”, mas é preciso entender como estas se posicionam no cenário político e econômico, que práticas estimulam e promovem, que relações sociais de poder estabelecem, como se relacionam com os negócios públicos a partir do trato com as regras e regulamentos da vida social. Abrem-se duas tarefas de investigação: como a religião participa da “corrupção percebida” e os níveis de tolerância ou indignação que suas práticas estimulam.

As implicações disso para a pesquisa sobre corrupção são

1. As mensagens que os indivíduos recebem sobre comportamentos considerados morais e sobre comportamentos vistos como "desviantes" podem ser conflitantes e as maneiras pelas quais eles interpretam essas mensagens são importantes, influenciando suas ideias sobre o que constitui "corrupção".
2. As pessoas fazem parte de várias comunidades - religiosas, familiares, amigos, profissionais, profissionais etc. – e não podem separar suas vidas nas esferas "pública" e "privada", governadas pela moralidade pública e privada.
3. As comunidades em que os indivíduos (incluindo pesquisadores e os envolvidos na luta contra a corrupção) fazem parte (incluindo comunidades religiosas), de uma maneira ou de outra, impactam suas atitudes em relação à corrupção e, portanto, a pesquisa deve se concentrar em indivíduos não isolados, mas como membros de comunidades mais amplas. (Marquette, 2010).

O importante aqui é consolidar a constatação da participação das religiões e em especial das igrejas cristãs, nos sistemas de corrupção: como expressões particulares de fé, como organizações sociais ou até mesmo na percepção ou não de práticas desviantes dos interesses públicos. Assumir esta informação é fundamental para que as religiões e igrejas possam realmente fazerem parte dos esforços políticos, éticos e culturais de enfrentamento de práticas desumanizadoras.

Reconhecer a participação – ativa ou passiva – de igrejas e agentes religiosos em práticas de desvio dos interesses públicos em nome dos interesses próprios abre a

possibilidade para a autocrítica necessária e espaços de recriação da experiência pastoral e eclesial como serviço de amor em fidelidade com o Evangelho.

Em 2010 foi lançado um estudo pelo Conselho Mundial de Igrejas e Act Alliance com o tema: *"Igrejas livres de Corrupção são Possíveis - Experiências, Valores e Soluções"* (Stückelberger, 2010). O título provocativo - *"Igrejas livres de corrupção são possíveis"* - inclui cinco premissas:

1. a corrupção existe não apenas nos negócios, na política e nas ONGs, mas também nas igrejas (e nas instituições religiosas de todas as religiões);
2. existem esforços e experiências para superar igrejas invasoras e outras instituições religiosas;
3. a superação da corrupção nas igrejas pode ser bem-sucedida se as bases espirituais, éticas e institucionais forem fortalecidas;
4. igrejas livres de corrupção e instituições relacionadas à igreja são possíveis em todo o mundo - não apenas em países, continentes, culturas ou confissões específicas - porque o evangelho como base comum das igrejas é muito claro a esse respeito.
5. combater a corrupção nas igrejas não tem como objetivo destruí-las, mas apoiá-las e curá-las. Clamar por justiça na igreja é uma expressão de amor à Igreja. Este livro trata de todas essas cinco dimensões.

4. Desafios eclesiológicos

As igrejas fazem parte do tecido social complexo e diverso e, por isso mesmo, como já vimos, passíveis de participarem ativamente ou passivamente de estruturas e processo de corrupção. As pesquisas sobre o assunto apontam para aspectos fundamentais que precisam ser abordados teologicamente e pastoralmente de modo especial, para a teologia, as questões eclesiológicas. Diferentes momentos da história apresentaram diferentes modos de organização da vida eclesial; não há um desenvolvimento único e linear, ao contrário, em muitos momentos há modelos eclesiais divergentes e simultâneos que resultaram em processos de renovação, de repressão e/ou divisão.

Uma revisão necessária seria a de identificar a compreensão de Igreja e suas relações com a Sociedade – em sua diversidade (Aquino, 2009, p. 15) – e o Estado em seus estatutos e funcionamento. Autoritarismo, excessiva burocracia, privilégios e castas, nepotismo, falta de transparência no uso de recursos comuns e da distribuição de oportunidades podem ser realidades em que as Igrejas reproduzem o poder ruim e corrupto de governos e empresas. A análise dos modos administrativos e deliberativos facilmente deixa ver as tentativas de se impor uma autoridade única tentando unificar o poder sem diálogo.

Enquanto o núcleo clerical faz uso da autoridade especial que o crente concede à verdade revelada, o núcleo político perverte sua função natural e verdadeiramente dominante de

nossa existência histórica. Aqui se manifesta o paradoxo da política e do poder não só como um serviço para o bem comum e para as possibilidades de convivência, mas como patologia de dominação (Silva, s/d).

Um modelo eclesial que se pretenda representando um modo organizativo fixado no passado e imutável – em nome da autoridade bíblica, de princípios confessionais e em lideranças fundacionais – dificilmente podem se atualizar o suficiente para participar das demandas de democratização e participação da vida social e também da igreja. Estas pretensões dos fundamentalismos nas religiões muitas vezes funcionam como uma cortina de fumaça que não deixa ver e criticar os modos de organização e administração da vida coletiva. Pode ser também uma dificuldade de responder aos desafios emergentes e a defesa do passado e o conhecido pode ser um caminho mais fácil

[...] há também fatores comuns, aplicáveis a todas as variantes do fundamentalismo, como a dificuldade de inserção na economia numa fase em que o capitalismo tem características estruturalmente excludentes, e a desorientação diante do desaparecimento dos valores tradicionais, em consequência do processo de globalização. (Rouanet, 2001).

De modo especial a Bíblia pode fazer parte do projeto – estrutura e conteúdo – do cristianismo fundamentalista e suas vertentes: desde a leitura superficial e fora do contexto, até a leitura educada e letrada. Afirmar um modelo eclesial baseado na Bíblia sem um processo pedagógico de socialização da leitura, dos instrumentais de interpretação e da formulação teológica acaba deixando o texto bíblico refém dos interesses de minorias que vão usar a autoridade da Palavra para o controle e disciplina dos fiéis e a tolerância com projetos políticos também autoritários e não participativos para a sociedade.

A tarefa de viver a Igreja como verdadeiro Povo de Deus em espírito e prática de comunhão não pode ser realizada, satisfatória e plenamente, se não se acolherem “formas de vida” democráticas na Igreja. Trata-se de desenvolver uma estrutura interna participativa, própria de pessoas iguais em dignidade e capazes de tomar parte nas decisões pastorais. É a tarefa de fomentar uma activa opinião pública, uma cultura do debate, a capacidade de tolerância mútua. Se queremos que os cristãos não sejam meros consumidores da vida eclesial, nem simples espectadores críticos, mas se sintam como participantes da vida da Igreja, temos muito que modificar nas nossas mentalidades e nos nossos modos de proceder. (Pinho, 2007, p. 264).

Uma vida eclesial democrática e participativa cria as condições para a socialização quantitativa e qualitativa do poder, da presença e influência no âmbito das relações sociais mais amplas e na possibilidade de fazer os necessários diálogos éticos. Nesta perspectiva se resguarda a autonomia das organizações eclesiais e ao mesmo tempo se estabelecem os nexos de participação que evitam e inviabilizam o clientelismo, o tráfico de influência, o mal uso dos recursos públicos e as trocas de favores.

Em termos teológicos a fidelidade necessária deveria ser não aos interesses imediatos confessionais, mas com a proposta de vida comunitária do Evangelho que é a *mesa de iguais*. Deixar de ser *uma Igreja demasiado centrada sobre si mesma a uma Igreja mais consciente de que existe em função do Reino de Deus e ao seu serviço*

(Pinho/juntamente com os documentos e resoluções da determinada igreja. A partir dessa expressão local e da identificação das correlações de forças, das formas predominantes de poder, das prioridades administrativas estabelecidas, das tradições litúrgicas e seus calendários vividos pela comunidade é que realiza e se atualiza o ser Igreja. Teologicamente falando, este exercício é abertura da comunidade para a ação do Espírito que sopra na história e que atualiza os modos de ser igreja negando as estruturas de poder centralizadoras e autoritárias – “*tinham tudo em comum*” (Atos 2, 44).

É preciso pensar ao mesmo tempo elementos de autonomia e de comunidade, isto é, organizar a ação a partir de demandas locais, resgatando a força do lugar de vida, procurando reduzir/eliminar as assimetrias, as relações desiguais. A autonomia garante a vivência das diferenças e o comunitário estabelece uma plataforma comum de negociação, arranjos provisórios e um programa de transição que ajuda a comunidade a caminha da “igreja que somos” para a “igreja que queremos ser”.

O trabalho pastoral é esta dinâmica de perguntar de novo e de novo pelos que ficaram para trás, quem não foi incluído, aprendendo a ler a realidade, fazendo a crítica das relações de poder e se posicionando junto aos pobres, lugar de salvação. São lugares plurais de classe social, etnia, gênero, geração, capacidade.

Este é nosso modelo de *pastoralidade*⁴: não temos verdades ou soluções para levar, entregar, doar, deixar! Quando vamos ao encontro abrimos diálogos de Boa Nova e nos encontramos com a presença amorosa de Deus no meio dos pobres. O amor já está lá esperando por nós que queremos socializar e encontrar juntos/juntas caminhos e processos de partilha, superação e solidariedade libertadora. A fidelidade com a vida dos pobres é o melhor compromisso anticorrupção.

Nosso trabalho pastoral quer ser parte, quer potencializar e compartilhar estratégias salvadoras, mecanismos de acolhimento, e fazer de novo acontecer o milagre da multiplicação: ninguém ficará com fome. A partilha também deve acontecer no âmbito interno das comunidades, em todos os aspectos: teológico, litúrgico, pastoral e da missão. Uma das formas de desigualdade que se mantém e que revela o caráter não-participativo nas igrejas é o da desigualdade de gênero: muitas organizações e centros de pesquisa apontam a desigualdade de gênero como um dos fatores que revelam as práticas passíveis de corrupção.

Neste sentido algumas tarefas são urgentes e necessárias.

1. viver a igreja como comunidade de iguais em todos os âmbitos... também nas relações de gênero;
2. denunciar que a igreja entendida como hierarquia clerical-patriarcal que, não só exclui as mulheres da liderança, mas também engendra um sistema simbólico

⁴ A expressão "pastoralidade" refere-se aos processos de formação de agentes e apoio aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e das florestas, realizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) com foco em sua espiritualidade e atuação pastoral. <https://cptnacional.org.br/2013/10/28/cpt-realiza-encontro-nacional-de-formacao-para-discutir-a-pastoralidade/>

centrado nos homens da elite, para legitimar suas estruturas senhoriais e de grupos familiares;

3. a imagem da igreja como família ampliada reforça as estruturas patriarcais na família e na igreja, privilegia alguns grupos com oportunidades e distribui de modo irregular os recursos; é preciso buscar outras imagens e práticas para falar da igreja como comunidade de iguais;
4. uma visão democrática radical de igreja presente nos escritos bíblicos de modo conflituoso gerou repetidamente movimentos eclesiais de renovação em protesto contra a forma hierárquica/monárquica de igreja;
5. a igualdade, a liberdade e a democracia não podem ser realizadas se as vozes das mulheres não são levantadas ou não são ouvidas e consideradas na luta por justiça e libertação para todo o mundo independentemente de sexo, classe, raça, nacionalidade ou religião;
6. a esperança de um mundo e uma igreja livres de corrupção que se expressa nas práticas de justiça, igualdade e inclusão, precisam ser alimentadas por uma espiritualidade que nos ajude a criticar o que recebemos e somos e, pela ação do Espírito, re-imaginar a igreja povo de Deus.

Referências Bibliográficas

Ocampo, M. (1993). *En defensa propia: como salir de la corrupción* [Extrato de livro]. Editora Sudamericana.

https://books.google.com.br/books/about/En_defensa_propia.html?id=djwPAAAAYAAJ&redir_esc=y

Osoba, S. (1996). Corruption in Nigeria: Historical perspectives. *Review of African Political Economy*, 23(69), 371–386.

<https://doi.org/10.1080/03056249608704203>

Pavlo, W. (2018, novembro 18). *Fraud thriving in U.S. churches, but you wouldn't know it*. Forbes.

<https://www.forbes.com/sites/walterpavlo/2013/11/18/fraud-thriving-in-u-s-churches-but-you-wouldnt-know-it/#6ebde3afd9d4>

Pereira Junior, M. R. (2017). *Corrupção sistêmica: contribuições da teoria da complexidade e dos sistemas adaptativos complexos* [Monografia, Universidade Federal do Paraná]. Acervo Digital UFPR.

<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/55649/MANOEL-RODRIGUES-PEREIRA-JUNIOR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Pinho, J. (2007). Eclesiologia para um mundo plural e contraditório – Elementos de criteriologia e indicações prático-pastorais. *Didaskalia: Revista Científica da UCP*, 37(1), 247–280.

<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8777/1/V03701-247-280.pdf>

Rouanet, S. (2001, outubro 21). *Os três fundamentalismos*. Folha de São Paulo, +Mais, Raízes da América.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2110200111.htm>

Rothstein, B., & Broms, R. (2017). Religion and corruption. BSG Working Paper Series. University of Oxford. <https://www.bsg.ox.ac.uk/sites/default/files/2018-05/BSG-WP-2017-017.pdf>

Silva, E. (n.d.). Fé e política. In *Theologica Latinoamericana: Enciclopédia Digital*. <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1330>

Stückelberger, C. (2010). *Corruption-free churches: Experiences, values, solutions*. Geneva: Globethics.net Focus 2.

https://repository.globethics.net/bitstream/handle/20.500.12424/175576/GE_Focus_2_Corruption_Free_Churches_ENG_DOI.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Tamayo, X. (2016). *Auditorias ciudadanas contra la deuda pública*. Voltaire. <https://www.voltairenet.org/article194044.html>

Tutu, D. (2004). *God has a dream: A vision of hope for our time* [Book excerpt]. Spirituality & Practice.

<https://www.spiritualityandpractice.com/book-reviews/excerpts/view/14258/god-has-a-dream>